

CARTA MANIFESTO 8M FIOCRUZ

8 de março de 2022

8M Fiocruz 2022 em defesa da Vida, da Ciência, da Democracia e do SUS

Neste 8 de março de 2022, marcado pelo aprofundamento da crise sanitária, ambiental e humanitária global, em contexto político adverso, com marcantes retrocessos e com conflitos bélicos internacionais que acenam para uma guerra em escala mundial, nós, mulheres que estamos na Fiocruz, nos unimos ao movimento organizado do 8M do estado do Rio de Janeiro e demais movimentos feministas pela efetivação dos direitos democráticos garantidos pela Constituição Federal brasileira.

Juntas reafirmamos nosso compromisso em defesa da vida e da dignidade humana e fortalecemos a luta de mulheres invisibilizadas pelos sistemas de opressões patriarcais, racistas, transfóbicos e capacitistas, particularmente das mulheres negras, quilombolas, trans, com deficiência, indígenas e de outras comunidades tradicionais.

Esse é um documento elaborado por múltiplas mulheres que estão na Fiocruz e que ocupam diferentes funções, cargos, vínculos empregatícios e formas de inserção institucional. Somos estudantes, bolsistas, terceirizadas, técnicas, pesquisadoras, tecnologistas, analistas e gestoras. Somos mulheres trabalhadoras negras, indígenas, brancas, de diferentes orientações sexuais, gêneros, com ou sem deficiência, com diferentes corpos, com ou sem companheir@s, mães, filhas, netas e irmãs. Somos mulheres com diversificados papéis na sociedade, posicionamentos políticos, comprometidas com uma sociedade brasileira justa, equânime e plural, e compartilhamos a defesa da ciência e do Sistema Único de Saúde (SUS) público, universal, que responda às necessidades sociais e sanitárias da população trabalhadora.

Nós manifestamos a defesa incondicional de uma sociedade igualitária, dos direitos humanos e respeito à diversidade de gênero, à liberdade de expressão, à saúde mental, aos direitos trabalhistas e às condições igualitárias de trabalho. Defendemos o engajamento dos estudantes e trabalhadores em geral e da comunidade científica na defesa da vida, da ciência, da democracia e do SUS.

A saúde da população brasileira se expressa na garantia dos direitos a condições igualitárias e dignas de vida, moradia, saneamento básico, segurança alimentar, acesso a serviços públicos de saúde de qualidade e com cobertura universal, saúde sexual e reprodutiva e educação pública de qualidade, incluindo-se a educação sexual como direito de cidadania - direitos esses garantidos por lei, de responsabilidade do Estado, mas que estruturalmente e historicamente, no modo de produção capitalista, têm sido negados à grande parte da população brasileira, como a população negra, indígena e com deficiência, tornando essas vidas precarizadas.

Na Fiocruz, nos últimos anos, juntas estamos nos mobilizando em prol de avanços. Vamos continuar investindo em ações, estratégias, programas e projetos que tenham como meta apoiar meninas e mulheres na ciência. Somos inspiradas de forma inequívoca pelo protagonismo que as mulheres que atuam na nossa instituição vêm exercendo no contexto de enfrentamento da Covid-19.

Nós nos indignamos com o racismo e o capacitismo no ambiente institucional e seus impactos na vida de todas as mulheres, em especial nas negras e indígenas e daquelas com deficiência. O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento; já o capacitismo se baseia na diversidade funcional humana estigmatizada. Ambos culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a que pertençam e da funcionalidade de seus corpos. O racismo e o capacitismo institucional se organizam e se desenvolvem por meio de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir as oportunidades para pessoas e grupos, subordinando o direito e a democracia às suas próprias necessidades. Racismo institucional cria barreiras, precariza vidas negras de forma perversa. Nunca esqueceremos que a ciência já esteve à disposição do racismo científico, não omitiremos as práticas eugenistas que tinham mulheres negras como um dos focos específicos. Mulheres negras são desestimuladas a engravidar, tem gestação interrompida por múltiplos fatores, incluindo o racismo obstétrico, têm a maternagem criminalizada e são as que mais perdem seus filhos para a violência do Estado. Nós nos erguemos contra a discriminação de raça interseccionada com a de gênero.

Nós nos indignamos com o capacitismo institucional, decorrente de uma corponormatividade histórica que padronizou os corpos, determinando os que atendiam à norma e marginalizando os demais, que foram destituídos de sua humanidade. Nos indignamos com a invisibilização do fato de que mais mulheres do que homens, e mais mulheres negras do que brancas, adquirem deficiência pela falta de acesso ao aparato do Estado e à efetivação de seus direitos humanos. Nós nos levantamos contra o fato de que, com o avanço do capitalismo globalizado, surgem novas barreiras à inclusão dessa população, dada a equivocada percepção de que a capacidade diversificada de uma pessoa é sinônimo de incapacidade. São vidas consideradas inúteis ou custosas para o sistema e, como tais, descartáveis, revelando uma perversão de valores e práticas sociais e resultando em exclusão e/ou subalternização da população com capacidades diversificadas.

O capacitismo institucional é uma forma naturalizada de discriminação que tem a manifestação estigmatizada da diversidade humana como fundamento. No processo de formar conhecimento, ele se manifesta pela reprodução de discursos que reforçam concepções de passividade, de opressão, de invisibilização. Manifesta-se pela falta de incentivo aos estudos sobre as condições desiguais e desumanas impostas a essas pessoas. Manifesta-se pela falta de acessibilidade a esse estrato populacional dos conteúdos informacionais produzidos com intuito de preservar vidas e melhorar o bem estar. O capacitismo institucional cria barreiras e inviabiliza a participação de pessoas com deficiência, naturalizando sua exclusão. Observamos o capacitismo acadêmico na naturalização do debate do aborto eugênico, sem considerar as questões éticas envolvidas na predefinição de que algumas vidas tem mais valor que outras, sem contextualizar tais decisões no capacitismo estrutural naturalizado em nossa estrutura societária.

Nós nos opomos ao violento e perene silenciamento dessas pessoas, a naturalização de seu extermínio, o sequestro de seus direitos sexuais e reprodutivos. E nos opomos aos discursos e práticas que confundem o legítimo direito da mulher de abortar de maneira segura no SUS - como vem ocorrendo em diversos países na América Latina - com a defesa do aborto eugênico de pessoas que não participaram da definição hegemônica das características humanas consideradas aceitáveis e, no processo, foram consideradas abjetas. Todos os indicadores desse estrato populacional são mais precários, quando comparados com seus pares. Isso indica

violação sistemática de seus direitos humanos. Indica que os importantes marcos conquistados pela luta emancipatória dessas pessoas precisam se efetivar e, sobretudo, avançar. Nós, mulheres trabalhadoras da Fiocruz, plurais, nos erguemos contra a discriminação de gênero interseccional à raça e etnia e à deficiência.

A pandemia de Covid-19 expôs a todos brasileiros que a saúde precisa ser assegurada pelo Estado, que é determinada social, econômica e historicamente, é um bem e um direito coletivo. É com essa perspectiva que defendemos a vida e lutamos para a superação das desigualdades históricas inerentes ao hegemônico modo de produção capitalista, perverso e injusto.

Ao longo dos anos, o conjunto de leis e práticas de gestão tem aprofundado a precarização do trabalho no Brasil. Este processo compreende também a Fiocruz e demais instituições públicas, em que a precarização assume expressão, por exemplo, nos rebaixamentos salariais e perda de benefícios das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados promovidos, sobretudo, no momento da contratação por parte das empresas. É preciso reverter essa situação, pois afeta diretamente a vida e a saúde desses trabalhadores e, por sua vez, ameaça a qualidade do trabalho na prestação dos serviços à população.

No Dia Internacional da Luta das Mulheres de 2022, precisamos aprofundar o debate sobre os impactos da pandemia na vida das mulheres, suas condições de vida, situação de saúde e trabalho, construindo, monitorando e propondo medidas e estratégias de enfrentamento capazes de reduzir as iniquidades de gênero, raça, diversidade funcional e classe produzidas, assim como afirmar outros modos de produzir e existir na nossa sociedade.

Temos o compromisso de lembrar que a primeira morte por Covid-19 no estado do Rio de Janeiro foi de uma mulher negra periférica. Precisamos ressaltar que, apesar da violência contra as mulheres perpassar todas as classes sociais, são as mulheres negras e pobres e as com deficiência as que mais sofrem violência, as que mais são impactadas economicamente pela pandemia e sobre as quais mais recaiu a tragédia da morte materna por Covid-19 no Brasil.

Ao mesmo tempo, são as mulheres negras que vêm tendo importante protagonismo no país como profissionais de saúde neste período de lutas pela vida.

Precisamos frisar que pessoas indígenas estão há 520 anos resistindo à colonização e, no contexto da pandemia, sofrem crescentes ataques aos seus territórios e direitos.

Também notamos que, em que pese a maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência ao contágio, ao desenvolvimento das formas mais graves de Covid-19 e à consequente morte, essa população só entrou como grupo prioritário para vacinação tarde e mediante muita luta. Adicionalmente, o marcador de deficiência não foi incluído nos estudos sobre a evolução da pandemia, e nem foi analisado o efeito da morte da mãe cuidadora de criança (ou pessoa dependente) com deficiência.

Hoje, nos juntamos às outras mulheres para apoiar e fortalecer a nossa luta comum, defendendo o investimento e a ampliação de políticas públicas de combate à insegurança alimentar, ao feminicídio, ao racismo, ao capacitismo, e à LGBTfobia. Para isso, é fundamental que haja paridade representativa de mulheres no parlamento. Hoje, a Câmara dos Deputados conta com apenas 15% de mulheres entre seus membros e o Senado com 8%, segundo o

Observatório Nacional da Mulher na Política. Segundo a Agência Câmara de Notícias, o Brasil ocupa a 140^a posição do ranking da União Interparlamentar que avalia a participação política de mulheres em 192 países. O País está atrás de todas as nações da América Latina, com exceção do Paraguai e do Haiti. O estabelecimento de cota de 30% de candidaturas de mulheres cis e/ou trans será um incentivo muito importante para reversão desse quadro. Além disso, a punição contra a violência política de gênero pelos Conselhos de Ética internos e por todos os órgãos responsáveis precisa ser verdadeiramente implantada para o avanço da igualdade de gênero na política.

O Dia Internacional de Luta das Mulheres nos convoca a apoiar pautas coletivas sobre as realidades das mulheres mais vulnerabilizadas. Segundo a Rede Pessan, a fome atingiu 11,1% das casas chefiadas por mulheres e 7,7% das comandadas por homens. No município do Rio de Janeiro, em 2021, 66% dos moradores não tinham dinheiro para comprar comida, sendo as mães-solo o grupo mais vulnerabilizado. (CUFA, 2021).

É também o momento de avançarmos na luta por relações igualitárias na vida acadêmica. As relações de trabalho nas instituições de ensino e pesquisa expressam o machismo, o capacitismo e o racismo estrutural da nossa sociedade. Desta forma, vivenciamos relações desiguais e injustas no nosso ambiente de trabalho, em suas articulações e sobreposições às responsabilidades com o trabalho doméstico, trabalho não remunerado, geralmente centrado nas mulheres e essencial para a manutenção da vida.

Somos a maioria na docência e pesquisa das universidades e institutos de pesquisa no Brasil e, contudo, os cargos com alto poder de decisão são ocupados majoritariamente por homens brancos. A sobrecarga de responsabilidades com o trabalho doméstico, com a maternidade e com os cuidados com a família ainda é assumida em sua maior parte pelas mulheres, o que dificulta alcançarmos os mesmos índices de produtividade acadêmica que os homens cientistas, concorrer a editais de forma equiparável e, sobretudo, desenvolver todas as nossas potencialidades e desejos na carreira acadêmica.

Diariamente, vivenciamos situações que subestimam nossas capacidades, temos nossas falas interrompidas e perspectivas desconsideradas. Hoje, mais do que nunca, é necessário expor que essas relações de trabalho desiguais e injustas nos produzem sofrimento e adoecimento, e entendemos que são também uma barreira para o avanço da ciência. Hoje é o momento de propor, exigir e lutar por relações de trabalho mais justas e igualitárias, que incluam nossas diferenças nos modos de fazer e existir. Afirmamos total engajamento em um movimento institucional que avance na redução das desigualdades de gênero na nossa instituição, criando condições para fortalecer e visibilizar as contribuições das mulheres na ciência, na Fiocruz e no SUS.

Em relação às pautas gerais, para a preservação da vida das mulheres, defendemos:

Fora Bolsonaro, Mourão, Guedes e Cláudio Castro!

Abaixo a fome e a pobreza!

Por emprego, salário e direitos iguais para trabalho igual;

Por uma política de pleno emprego para toda a classe trabalhadora. Pela revogação de todas as privatizações, das reformas trabalhista e da Previdência e pelo fim do Teto dos Gastos;

Contra todas as formas de violência às mulheres;

Em defesa do SUS 100% público e estatal;

Pelo fim das patentes das vacinas e de todos os monopólios farmacêuticos;

Não à múltiplas jornadas de trabalho das mulheres: creches e escolas públicas, de qualidade e em tempo integral para nossos filhos; lavanderias e restaurantes públicos;

Educação sexual para decidir. Métodos contraceptivos para ter opção e não precisar de abortar. Aborto legal, seguro e garantido pelo SUS para não morrer e ter poder de decidir sobre o próprio corpo;

Pela demarcação das terras indígenas;

Pelo fim de todas as guerras imperialistas;

Por respeito a todas as mulheres do mundo!